



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

# BOLETIM INFORMATIVO

INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

SETEMBRO DE 2023 - EDIÇÃO 105 - WWW.MEF.GOV.MZ

EM FOCO

## MEF E PGR EM CONFERÊNCIA DE IMPRENSA SOBRE ACORDO COM A CREDIT SUISSE

PAG.3

## DESTAQUE

Urge alinhar e orientar a actividade seguradora para responder aos desafios e oportunidades que o país actualmente oferece  
- Carla Louveira **PAG.4**





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

## MINISTERIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

# CARTA DE SERVIÇOS

### Natureza

Órgão Central do Aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, orienta a formulação de políticas de desenvolvimento económico e social, coordena o processo de planificação e superintende a gestão das finanças públicas.

### Missão

Conceber, formular, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento económico e social sustentável e inclusivo, assegurando a mobilização e alocação criteriosa, bem como o controlo da utilização eficiente, eficaz e transparente dos recursos públicos.

### Visão

Impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do País através da prestação de serviços de excelência na gestão de políticas económicas e sociais integradas e de prestação de contas, em prol do progresso e bem-estar do povo moçambicano.

### Valores

Meritocracia, Eficiência e Focalização.

### Serviços Essenciais

- Elaborar a proposta do Programa Quinquenal do Governo, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado;
- Orientar a fixação da previsão plurianual das receitas e do financiamento do Orçamento do Estado e comunicar os limites da despesa anual dos Órgãos e instituições do Estado;
- Implementar políticas Tributárias, Aduaneiras, Orçamental, de Seguro se de Previdência Social dos Funcionários Agentes do Estado e dos Combatentes;
- Elaborar Normas e Instruções sobre a Execução do Orçamento do Estado;
- Elaborar Relatórios do Balanço do Plano Económico e Social e de Execução do Orçamento do Estado;
- Celebrar, em representação do Estado, acordos de contratação de Dívida Pública Interna e Externa e zelar pela sua implementação;
- Coordenar a avaliação da execução das políticas macro-económicas e sectoriais.



## MEF e PGR em Conferência de Imprensa Sobre Acordo Com a *Credit Suisse*



*o acordo abre espaço para restaurar a confiança dos investidores internacionais no sistema financeiro moçambicano e para fortalecer os laços entre o nosso país e as instituições financeiras globais, sublinhou.*

Tonela confirmou que o entendimento entre as partes traz vantagens a Moçambique apresentando-se como uma solução equitativa que atende a necessidade de mitigar riscos e custos inerentes ao litígio judicial. *É importante enfatizar que o acordo está vinculado aos procedimentos legais que começarão no tribunal de Londres ainda esta manhã. À medida que o processo se desenrolar, serão tornados públicos maiores detalhes.*

Em resposta às questões colocadas pela comunicação social, o Ministro Max Tonela e o Procurador Geral Adjunto, Ângelo Matusse foram unânimes em afirmar que o acordo é mutuamente vantajoso entre as partes nas suas obrigações e que o mesmo trata apenas do projecto Proindicus à excepção da VTB.

Ainda sobre o assunto está disponível um Comunicado de Imprensa no Link abaixo:

<https://mef.gov.mz/index.php/imprensa/anuncios-e-comunicados/1949-acordo-extra-judicial-com-credit-suisse>

O Ministério da Economia e Finanças (MEF) e a Procuradoria Geral da República (PGR) e realizaram hoje, 02 de Outubro, uma conferência de imprensa conjunta atinente ao ponto de situação do processo judicial movido pelo Estado moçambicano no Tribunal de Londres, desde Fevereiro de 2019.

A Conferência de Imprensa tinha por objectivo tornar público o acordo alcançado entre o Estado moçambicano e a *Credit Suisse* e com os demais membros do sindicato bancário que financiou a *Proindicus*, visando a solução extrajudicial do litígio entre as partes.

O entendimento alcançado hoje em Maputo, apresenta uma solução equitativa que atende a necessidade de mitigar riscos e custos inerentes ao litígio judicial, e abre, igualmente, espaço para o restabelecimento da confiança dos investidores internacionais no sistema financeiro moçambicano e o fortalecimento das relações entre Moçambique e as instituições financeiras internacionais.

Outrossim, o acordo garante que as partes fiquem livres mutuamente de quaisquer responsabilidades e

reclamações relacionadas com as transações incluindo a extinção do montante total da dívida que o *Credit Suisse* reclamava de Moçambique.

Dirigindo-se aos jornalistas, o Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela garantiu que o acordo é o resultado de intensas negociações e esforços colaborativos de ambas as partes e representa uma solução amigável para o litígio que corre no Tribunal de Londres desde Fevereiro de 2019.

*É desta forma que informo que chegamos a um acordo extrajudicial com o Credit Suisse e os demais membros do sindicato bancário que financiou a Proindicus,*





## Urge alinhar e orientar a actividade seguradora para responder aos desafios e oportunidades que o país actualmente oferece - Carla Louveira



*desta conferência atendendo e considerando que o objectivo principal é procurar criar um espaço para um debate mais alargado com o fim de encontrar as bases para aumentar a contribuição deste sector no PIB, melhorar a inclusão financeira, proteger o consumidor, bem como alinhar e orientar a actividade seguradora para responder aos desafios e oportunidades que o país actualmente oferece.*

**A** Vice-Ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira, considera haver necessidade de alinhar e orientar a actividade seguradora para responder aos desafios e oportunidades que o país actualmente oferece a fim de aumentar a contribuição do sector segurador no PIB.

Louveira falava em Maputo, durante a sessão de abertura da Primeira Conferência Anual de Seguros-*insurance summit*, subordinado ao tema “As Soluções da Indústria Seguradora aos Desafios Económicos e Sociais de Moçambique”.

*Permitam-me que em representação do Governo de Moçambique inicie a minha*

*intervenção saudando a todos os presentes neste evento organizado pela Associação Moçambicana de Seguradoras (AMS), por sinal, o primeiro que se realiza no nosso país, e que reúne fazedores de políticas, operadores e especialistas de seguros a nível nacional e internacional, consumidores, sociedade civil e demais intervenientes no mercado segurador, com o objectivo de debater o papel e oportunidades do sector de seguros na conjuntura económica e financeira actual em prol do crescimento económico de Moçambique, sublinhou a dirigente acrescentando que louvamos igualmente a iniciativa dos organizadores*

A Vice-Ministra reconhece os esforços empreendidos e o papel desempenhado pela AMS, organização de direito privado, estabelecida em Julho de 2007, constituída para a defesa e promoção dos interesses das empresas de seguros e resseguros.

*Dentre os dez (10) objectivos pelos quais esta agremiação se guia, gostaríamos de salientar e enaltecer 5 (cinco) mormente ao seu papel de representar e defender os interesses comuns dos associados e divulgar as suas posições comuns, quer nacionais quer internacionais, junto de quaisquer entidades públicas ou privadas, negociar e celebrar convenções colectivas de trabalho em representação*



## DESTAQUE

*dos associados, contribuir para a modernização e o desenvolvimento do sector segurador e actividades afins, defender o prestígio da actividade seguradora, promover o seguro e informar com isenção o público sobre esta actividade e organizar e gerir serviços e realizar estudos ou acções que sejam do interesse dos associados ou da actividade seguradora no geral.*

A fonte enalteceu o papel desempenhado pela AMS, pelo que considera este organismo um importante parceiro à contribuir para a modernização e desenvolvimento da indústria seguradora nacional.

*Apelamos assim a AMS a continuar a envidar esforços na participação activa nas campanhas de divulgação, promoção e informação ao público sobre a actividade seguradora, não só como*

*beneficiário último destas campanhas, mas também como um actor chave da estratégia do Governo de inclusão financeira que temos vindo a desenvolver.*

A dirigente garantiu que nos últimos anos, o sector segurador tem registado um crescimento considerável não apenas do ponto de vista de número de operadores autorizados e volume de negócios, mas também pela qualidade de operadores do mercado, como são os casos de seguradoras, resseguradores, mediadores e fundos de pensões.

Por seu turno, intervindo na ocasião, a Presidente do Conselho de Administração (PCA) do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM), Ester José, afirmou que com o evento vai adquirir ganhos à sua instituição tendo em conta a presença de especialistas

que vão trazer reflexões muito importantes para o sector de seguros e para a sociedade moçambicana no geral.

*O evento junta nesta sala, operadores de seguros, gestores públicos e privados, empresários, diplomatas, sociedade civil organizações não governamentais e consumidores, entre outros convidados.*

Na qualidade de organizador do evento, o Presidente da AMS, Ruben Chivale, frisou que hoje em dia, as seguradoras moçambicanas desempenham um papel muito importante para o equilíbrio da economia nacional. *Nesta conferência, vamos reflectir sobre o mercado de seguros e propor soluções para a resolução dos desafios socioeconómicos de moçambique a fim de trazer melhores acções neste sector.*





No âmbito do PAE

## Governo Avança com a criação do Fundo de Garantia Mutuária



das pequenas e médias empresas moçambicanas - o acesso e o elevado custo do financiamento.

*O acesso ao crédito resulta no crescimento do sector privado. Este crescimento beneficia a economia, beneficia o país e automaticamente beneficia os bancos. O Governo assegurou uma linha de crédito no valor de 300 milhões de dólares americanos junto ao Banco Mundial para implementar a medida, que para além do fundo de garantia contará ainda com outros elementos complementares para o seu sucesso e sustentabilidade afirmou o ministro Tonela, acrescentando que é muito importante que estes instrumentos estejam alinhados com a realidade de cada uma das vossas instituições pois, durante a sessão de hoje, iremos partilhar convosco a estrutura*

O Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela considera ser fundamental avançar-se com a criação de um Fundo de Garantia Mutuária que vai permitir a banca nacional disponibilizar recursos financeiros para fortalecer a capacidade de investimento a taxas de juros mais acessíveis para micro, pequenas e médias empresas que actuam nos sectores da

da agricultura, piscicultura, comercialização e processamento agrícola, turismo e habitação.

Max Tonela falava em Maputo, durante a sessão de abertura do workshop sobre o Fundo de Garantia Mutuária, plasmado na medida número 9, do Pacote de Medidas de Aceleração Económica (PAE), a fim de dar resposta a um dos principais obstáculos para o desenvolvimento



dos componentes desta medida, o estudo de viabilidade do fundo e 3 casos de fundos similares implementados em Cabo Verde, Brasil e em Portugal.

O titular da economia e finanças frisou que faz parte dos objectivos da reunião também a recolha de subsídios sobre a viabilidade e operacionalização do fundo e seus componentes em cada um dos bancos representados. *A próxima fase de implementação do fundo é a criação do plano de negócios no qual é fundamental acomodar todos os aspectos que*



*irão viabilizar o projecto, provendo melhor acesso e taxas de juros a população, mas também uma solução adequada de custo de capital para os bancos para estes*

*efeitos. Gostaria de poder contar com vossos sinceros contributos e subsídios para juntos trabalharmos em prol de uma nova realidade de mercado mais inclusiva e de um sector bancário mais dinâmico, finalizou o dirigente.*

Tonela considera próximos passos a partilha da versão final do estudo com as contribuições que sairão do evento, onde a equipa irá realizar encontros técnicos alguns bancos individualmente para dar seguimento aos processos de *due-dilligence* e para refinar alguns aspectos da implementação.





## Carla Louveira Falou dos Avanços da Transformação Digital no Sector da Banca, Seguros e demais Serviços Financeiros



A transformação digital do Sector Financeiro representa um marco incortornável que o país deve abraçar para o alcance de um Sistema Financeiro Inclusivo, Sustentável rumo ao Desenvolvimento da Indústria Bancária baseado nas inovações crescentes observadas a nível das Tecnologias de Comunicação e Informação.

A informação foi avançada pela Vice-ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira, em Maputo, durante

a primeira Conferência sobre Banca, Serviços Financeiros e Seguros (BFSI) que visa colocar em destaque as inovações e práticas emergentes que prometem revolucionar o sector financeiro em Moçambique.

Como é de conhecimento, as Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) têm desempenhado um papel fundamental na maneira como os serviços financeiros vem sendo oferecidos, acessados e gerenciados a nível global gerando ganhos

de tempo, de custos e de comodidade no acesso aos mesmos, frisou.

A dirigente sublinhou que o encontro representa uma plataforma essencial para debater como abraçar a complexidade e ganhos que a transformação digital vem oferecendo na dinamização da actividade bancária e financeira em escala global e como incorporar seus princípios e oportunidades no tecido financeiro moçambicano adaptando-o a realidade, hábitos e costumes da economia moçambicana.

Para a Vice-Ministra, a inclusão financeira constitui um dos objectivos do Governo moçambicano liderado pelo Presidente da República Filipe Jacinto Nyusi, plasmado na Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2016-2022 e que assenta um dos seus principais pilares na garantia e melhoria da disponibilidade e acessibilidade de produtos



e serviços financeiros de qualidade e adequados às necessidades da maioria da população moçambicana.

As reformas implementadas pelo Governo de Moçambique na esfera do sector financeiro vem criando condições para a existência de um ambiente legal e regulamentar propício para a materialização da transformação digital a nível dos serviços e produtos financeiros criados e oferecidos na economia moçambicana, anotou.

A dirigente garantiu igualmente que dados

do Relatório da Inclusão Financeira ilustram que o país passou a contar com 31% da sua população com acesso a serviços financeiros bancários, 68,5% da sua população adulta com uma conta de moeda electrónica e com 99% de cobertura por agentes não bancários, 93% de cobertura por POS, 81% por caixas automáticas (ATM), 79% por agências bancárias e 71% por agentes bancários, reflectindo os avanços na transformação digital do sector financeiro moçambicano.

Discursando virtualmente, a Secretária Geral da

União Internacional de Telecomunicações (ITU), Doreen Bogdan-Martin garantiu a colaboração internacional e a necessidade de adaptar as tecnologias emergentes para impulsionar o sector financeiro.

A Conferência promete estabelecer Maputo como um epicentro de discussões sobre futuro digital do sector financeiro, congregando especialistas, investidores e decisores políticos em prol de um objectivo comum, "um sistema financeiro robusto e inclusivo, adaptado às necessidades do século XXI."





Em Kasane-Botswana

## Moçambique Defende Aumento das Contribuições dos Estados Membros do ESAAMLG



O Governo de Moçambique é favorável ao incremento da contribuição dos Estados membros com vista a reforçar o funcionamento e a operacionalização das actividades previstas no Plano Estratégico do ESAAMLG 2024/5 – 2027/8.

Este posicionamento foi defendido pela Vice-Ministra da Economia e Finanças Carla Louveira, durante a 23ª Reunião do Conselho de Ministros do Eastern and Southern Africa Anti-Money Launderin (ESAAMLG), realizada em Kasane no Botswana.

Intervindo no encontro, Louveira assegurou que Moçambique está comprometido em cooperar com todas as nações, em especial as da região do ESAAMLG, e bilateralmente com outros Estados na prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, segundo as recomendações do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI).

Neste contexto, encorajo todos os Estados-membros a intensificarem

os seus esforços na implementação efectiva das recomendações do GAFI, na melhoria das capacidades de inteligência financeira e na promoção de uma cooperação mais estreita entre os sectores público e privado, disse a governante.

Apesar de reconhecer a obtenção de resultados tangíveis da cooperação entre os Estados nos últimos anos, bem como o alcance de marcos significativos na prevenção e rastreamento de actividades ilícitas, a fonte reconhece que neste momento, os desafios financeiros transnacionais continuam a evoluir, é imperativo que permaneçamos unidos em nossa missão comum de fortalecer os sistemas de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo em toda a região do ESAAMLG, referiu.

Ainda na óptica da Vice-Ministra, outro aspecto fulcral que deve merecer atenção especial é o reforço da capacidade dos órgãos reguladores e de supervisão para acompanhar e adaptar-se às mudanças no ambiente financeiro, garantindo assim a eficácia

contínua no combate à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Relativamente ao futuro é fundamental que continuemos a fomentar a inovação e a colaboração entre os Estados-membros, compartilhando boas práticas e lições aprendidas. A troca de informações e a colaboração internacional são pilares fundamentais na nossa busca pela segurança e estabilidade financeira na nossa região, sentenciou Louveira.

No âmbito dos esforços para a implementação das recomendações do GAFI, o Governo de Moçambique aproveitou o encontro para solicitar o Re-rating de 15 Recomendações de acordo com os procedimentos da organização.

Ainda neste encontro, a Senhora Fikile Zita foi indicada para ocupar o cargo de Secretária Executiva do ESAAMLG. Por seu turno, a República do Quénia deverá assumir a Presidência da Reunião de Peritos e do Conselho de Ministros do ESAAMLG no próximo ano.



Com vista à Supervisão do Mercado de Seguros e Pensões

## MEF procede ao Lançamento da Plataforma BSA



implementação da sua função de supervisão e fiscalização.

*O marco que hoje se assinala, reflecte os esforços levados a cabo pelo Governo de Moçambique, através do ISSM e do Banco de Moçambique visando a adopção de reformas legais e operacionais em prol de um sector e de fundos de pensões complementares inclusivo, robusto, moderno e que contribua para a intergradade do sistema financeiro nacional, referiu.*

Para a dirigente, o acto consolida igualmente as alterações introduzidas a nível da legislação de seguros recentemente revista que têm a ver com o Decreto nº23/2023, de 19 de Maio, que regulamenta a constituição e gestão dos fundos de pensões e do Decreto nº 24/2023, de 19 de Maio, que regulamnetas as condições de acesso e exercício da actividade seguradora e da respectiva mediação, no âmbito das medidas de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, também

O Ministério da Economia e Finanças (MEF) através do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, IP (ISSM, IP) procedeu em Maputo, ao Lançamento da plataforma *Bank Supervision Application*, denominada BSA, uma aplicação *Web* customizadas para o sector de seguros e pensões.

A implementação da plataforma irá garantir a fiscalização e supervisão atempada e tempestiva do mercado segurador de forma efectiva; reforçar as medidas do Combate ao Branqueamento de

da Capitais e Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa; melhorar a comunicação e partilha de informação entre o regulador e as entidades supervisionadas e automatizar o processo de validação de informação.

Na cerimónia de abertura do evento, a Vice-ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira afirmou que com o Lançamento da plataforma BSA, marca o início da utilização pelo ISSM da plataforma intergrada baseada em tecnologias de comunicação e informação na



vão permitir assegurar a eficiência e eficácia na gestão, armazenamento, partilha e protecção de dados do sector segurador, contribuindo para a consistência, segurança e credibilidade da formação submetida.

*Actualmente o país conta com uma taxa média dos últimos 5 anos de penetração de seguros na economia de 1.85% do PIB e uma taxa média de crescimento de prémios brutos para o mesmo período de 9,2%. A entrada em funcionamento desta plataforma electrónica, coloca novos desafios aos operadores, uma vez que cada um deverá ajustar os seus sistemas internos para*

*melhor responder às soluções que a plataforma BSA oferece, sublinhou.*

Por seu turno, a PCA do ISSM, IP, Ester dos Santos, intervindo na ocasião enalteceu o papel do Banco de Moçambique, pela imensurável colaboração para a materialização do processo de adesão pelo ISSM, IP, ao BSA.

*A adesão do ISSM,IP ao BSA surge para a Modernização dos Sistemas de Informação prevista no seu Plano Estratégico, que se materializa através da implementação de diversos sistemas que visam apoiar o processo de Supervisão e fiscalização da actividade seguradora*

*e de Fundos de Pensões em Moçambique, afirmou a PCA, acrescentando que embora esses aplicativos sejam frequentemente projectados para a supervisão bancária, muitos princípios e funcionalidades podem ser adaptados para a Supervisão de Seguros, oferecendo várias vantagens e benefícios importantes, tais como a Melhoria da Eficiência, Análise de Dados Avançada, Monitoria em Tempo Real, Partilha Segura de Informações, Gestão de Riscos e Crises, Apoio à Supervisão Baseada em Risco, Maior Capacidade de Resposta a Emergências, entre outros finalizou.*





## Lançado Primeiro Relatório de Análise de Empresas com Valores Mobiliários Cotados na BVM



quadrantes do mundo. É uma oportunidade de diversificar os canais de comunicação com os investidores, com o mercado, com os empresários e o público. Isto permite que o investidor tenha mais informação e, também, promover a educação e inclusão financeira em Moçambique”, disse Salim Valá.

O PCA garantiu que o documento vai servir de barómetro para os principais players do sector, pois, visa contribuir para o aumento da literacia financeira, sobretudo no que se refere ao funcionamento do Mercado de Capitais.

O relatório centra a sua abordagem na HCB, uma empresa do sector empresarial do Estado do ramo energético admitida em bolsa em 2019, que, num passado recente, recorreu ao Mercado de Capitais para se financiar, através de uma Oferta Pública de Venda (OPV) de acções.

**E**stá disponível, desde o passado dia 14 de Setembro, o relatório de análise de empresas com valores mobiliários cotados na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) designado “Research sobre Mercado de Capitais”.

A cerimónia de lançamento do documento decorreu em Maputo e contou com a presença do Presidente do Conselho de Administração (PCA) da BVM, Salim Valá, que na ocasião, destacou

ser um instrumento de vital importância para o mercado, por traçar o perfil e desempenho das empresas, e servir de base para a tomada de decisão por parte dos investidores.

“Para nós, foi muito importante esta pesquisa feita por uma empresa, no caso a Finantia, que trouxe uma visão independente sobre a Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) e Tropicália, comparando com empresas similares de outros



Para além da HCB, a Tropicália foi objecto de análise do estudo, sendo que no ano passado procedeu com a venda de três milhões de acções, o equivalente a 10% da sua estrutura accionista, através de uma Oferta Pública de Subscrição (OPS).

Dentre as constatações patentes no documento, salta à vista o facto de o preço de cada acção da HCB estar hoje a ser avaliado abaixo daquele que é o seu valor real de mercado, tomando em consideração a actual performance da empresa e as perspectivas futuras.

“A conclusão mais evidente da avaliação da HCB é de que o preço da acção em bolsa não tem reflectido as perspectivas futuras da empresa (baseadas no seu histórico e nas projecções conservadoras dos indicadores financeiros face a esta) nem está em linha com as valorizações de empresas comparáveis, sub-avaliando o seu real valor”, refere o relatório.

De acordo com o relatório, assumindo premissas verdadeiramente conservadoras, o valor da acção da HCB “nunca deverá ser inferior a 4 meticais”.

Recorde-se que, aquando da Oferta Pública de Venda, cada acção da HCB foi vendida a três meticais (3,00 MT).

Reagindo às conclusões do relatório, o PCA da HCB, Tomás Matola, reconheceu a relevância das constatações patentes no documento, precisamente por reflectirem o quadro actual e, também, por irem de encontro com as preocupações da instituição.

Matola realçou que, sob ponto de vista operacional e financeiro, a empresa tem estado a apresentar uma excelente performance, uma realidade que contrasta com preço da acção no Mercado de Capitais. Perante este cenário, garantiu que será levado a cabo um conjunto de acções com vista a reverter o actual panorama.

O documento reflecte aquilo que são as nossas principais preocupações, a empresa tem estado excelente, sob ponto de vista operacional e financeiro, entretanto, no Mercado de Capitais, a realidade é outra, pela performance, o valor da acção devia estar acima do par, mas os números têm mostrado exactamente o contrário. Temos a obrigação de contrariar esta situação, que desafia todas as teorias dos mercados financeiros”, reiterou Tomás Matola.

O “Research sobre Mercado de Capitais: O Novo Canal de Comunicação com o Mercado e os Investidores” foi elaborado pela Finantia, empresa de consultoria financeira que opera em Moçambique.





No âmbito do Programa TEDI

## MEF realiza troca de experiência com a contra parte Portuguesa



**T**eve lugar na semana de 18 a 22 Setembro uma viagem de troca de experiência Moçambique-Portugal no âmbito da política tributária e reforma do sistema tributário, financiada pelo projecto Tributação Eficiente pelo Desenvolvimento Inclusivo (TEDI), um projecto de assistência técnica de 5 anos financiado pelo Reino Unido e Suécia.

A delegação foi composta por quadros do Ministério de Economia e Finanças, da Direcção Nacional de Políticas de Economia e Desenvolvimento (DNPED), da Direcção de Assuntos Jurídicos e Notariais (DAJN) e da Autoridade Tributária de Moçambique.

A Delegação priorizou o trabalho analítico necessário para uma definição de uma

política fiscal coerente a médio prazo, mantendo encontro com o director-geral do Gabinete de Planificação, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEAR) do Ministério das Finanças e a sua equipa. As discussões centraram-se na coordenação interinstitucional no âmbito da elaboração, análise e implementação da política tributária, na análise de impacto de políticas tributárias tanto ao nível macroeconómico como o impacto nos agregados familiares, e nas técnicas de previsão de receitas para o orçamento do estado.

A representação moçambicana teve igualmente encontros com várias direcções do Ministério de Finanças e a Autoridade Tributária, com enfoque sobre

assuntos tais como acordos de dupla tributação, benefícios fiscais, e o papel da autoridade tributária na gestão de dados.

Foi igualmente dedicado 1 dia de trabalho para o assunto da gestão do IVA, um imposto de grande relevância para ambos os países. Nos encontros técnicos com a Direcção de Serviços do Imposto sobre o Valor Acrescentado (DSIVA) e a Direcção de Serviços de Reembolsos (DSR) foram discutidos tópicos como as isenções do IVA e o sistema de reembolsos do IVA.

A delegação moçambicana reuniu com a Unidade Técnica de Apoio ao Orçamento, esta unidade do parlamento português faz o escrutínio de propostas de políticas, e tem um papel fundamental na política fiscal. Foram discutidos tópicos como a estrutura organizacional, missão e principais objetivos estratégicos da UTAO e os benefícios fiscais.

O último dia da missão viu a delegação encontrar-se com o Conselho de Finanças Públicas, uma entidade sem contraparte directa em Moçambique, que faz o escrutínio independente das Finanças Públicas portuguesas, incluindo a política tributária.



## Técnicos do MEF no Seminário do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informação

**T**écnicos do Ministério da Economia e Finanças (MEF), participaram recentemente no Seminário em formato híbrido do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informação.

O evento organizado pela Autoridade Tributária de Moçambique (AT), tinha como objectivo a partilha com maior profundidade a visão e funcionamento desta agremiação internacional.

Intervindo na cerimónia de abertura, o Director-Geral do Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional na AT, Augusto Tacaríndua exaltou a realização do evento e a presença de outras instituições tendo sublinhado que o seminário constituía uma oportunidade para melhor compreensão do funcionamento e

coordenação de medidas no combate a evasão fiscal que afecta muitos países incluindo Moçambique.

O seminário teve como principais painelistas os membros do Secretariado do Fórum Global (FG) para Transparência e Troca de Informações Tributárias, nomeadamente, Zaida ManattaeLoydGarrochinho.

Na sua locução Loyd Garrochinho, explicou que o FG para Transparência e Troca de Informações Tributárias é uma organização internacional que coordena a implementação de padrões de transparência fiscal e intercâmbio de informações na luta contra a evasão fiscal e fluxo financeiros ilícitos e actualmente congrega 168 países membros.

Garrochinho sublinhou que o FG surge na sequência de se ter constatado que

uma das razões da crise económica mundial em 2009, foi ocultação dos rendimentos e activos em outros países, os vulgos paraísos fiscais como casos de Panamá pepar e Luanda Leaks que contribuíram para a queda de receitas e desigualdades fiscais entre os países.

Segundo o painalista, o FG foi criado no contexto dos trabalhos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) com o objectivo de enfrentar os riscos à conformidade tributária gerados pelos paraísos fiscais.

“Com o intuito de discutir estratégias de estabilização do mercado financeiro global, todos os países do G20 aderiram ao FG. Em 2014, na Austrália, o G20 apresentou planos concretos para implementar a troca automática de



informações, com prazos que variam entre 2017 e 2018. Esse compromisso representou um grande avanço na transparência tributária internacional”, frisou.

Por sua vez, Zaida Manatta esclareceu que a missão do FG é facilitar a aplicação efectiva a nível mundial das normas internacionalmente acordadas em matérias de transparência e intercâmbio de informações para fins fiscais.

No caso do continente africano, Manatta informou que em 2014 foi lançada a “iniciativa para África” que congregava na altura 37 países membros e 16 parceiros, incluindo o Banco Africano de Desenvolvimento, a Comissão da União Africana, a União Europeia e os governos da Suíça e do Reino Unido. A Iniciativa para África procura assegurar que os países africanos estejam equipados para participar

nos progressos em matéria de transparência global, para melhor combater a evasão fiscal e outros fluxos financeiros ilícitos e, em última análise, melhorar a mobilização de recursos internos.

Manifestou o seu agrado pelo facto de muitos países africanos terem aderido ao FG, citando o relatório recentemente lançado pelo órgão que representa, Manatta, elucidou que a OCDE estima que África perde anualmente 60 mil milhões de dólares em fluxos financeiros ilícitos.

Respondendo à questão apresentada pela Diretora-Geral de Impostos na AT, Lurdes Banze, sobre as principais fraquezas dos países africanos, Manatta lamentou o facto de muitos países demonstrarem muita lentidão na ratificação das convenções internacionais.

Foi esclarecido na reunião que para Moçambique aderir ao FG deve

implementar programas de indução sobre transparência e troca de informações fiscais, que incluem sessões de formação dos auditores fiscais; e alertou que um dos pressupostos para a adesão ao FG é a questão da cibersegurança.

O país deve ainda comprometer-se a implementar normas de acordo com o calendário do FG, e cumprir obrigações financeiras para a orçamentação do FG de acordo com os princípios acordados pelos países membros.

De realçar que o evento contou com a participação dos Ministérios da Economia e Finanças (MEF), dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC), Justiça Assuntos Constitucionais e Religiosos (MJACR), Gabinete de Informação Financeira de Moçambique (GIFIM), entre outros.

## FICHA TÉCNICA

### Gabinete de Comunicação e Imagem DISP.REGº/GABINFO-DEC/2009

#### Director

Alfredo Mutombene

#### Edição e Desenho Gráfico

Emílio Fuel  
Lucrécia Nhabomba  
CINE Grupo

#### Redacção

Lucrécia Nhabomba  
Luís Tobela  
Felisberto Matsinhe

#### Revisão

Messias Sofrinho

#### Fotografia

Emílio Fuel  
Jaime Guibango

#### Colaboradores

Domingos Chapungo (ISSM), Calima, Francisca e Maraneja (IGF), Francisco Chang (C. Maputo), Euclides Matavata e Janeth Laice (CEDSIF), Fenias Zimba (AT), Paula Bila e A. Nhabanga (BVM), Benjamim Portugal e Ângela E. Santo (AdZ), Mateus Matine (MARP), Ussene Bay (Gaza), Naftal (Inhambane), Lifitério (Sofala), Bento Lulú (Manica), Zainuro Mussa (Zambézia), Gonçalo e Rocha (Tete), Benedito Sabonete (Nampula), A. Mendonça (Cabo-Delgado), Benessone Bonomar (Niassa)

Av.10 de Novembro, Caixa Postal Nº 272  
Tlf: +258 (21) 327494 Fax: +258 (21) 315067  
Maputo - Moçambique Website: [www.mef.gov.mz](http://www.mef.gov.mz)